

## *Da Viagem. A Torre de Belém e a Grande Exposição do Mundo Português*

Maria João Castro  
IHA-FCSH/UNL

### **RESUMO**

A Exposição do Mundo Português foi a primeira exposição de história, com a expressão de um grande documentário de civilização, comemorativa dos oito séculos de Independência e dos trezentos anos da Restauração (da Independência), tendo ocorrido entre 23 de junho e 2 de Dezembro de 1940. À beira do Rio Tejo, na chamada barra do Restelo, o evento tinha como grandioso pano de fundo o Mosteiro dos Jerónimos e a poente, o ex-libris e símbolo do império colonial português: a Torre de Belém.

A opção pela construção da Exposição do Mundo Português em Belém pretendia privilegiar a relação simbólica de Portugal com o rio Tejo, e mais especificamente com o local, de onde e desde o século XIV, partiam as embarcações para explorar mares e terras desconhecidos. A exposição seria distribuída em torno da Praça do Império, espaço articulador dos pavilhões e das secções especiais tirando partido da moldura rio Tejo/Torre de Belém e do Mosteiro dos Jerónimos.

Contudo, a Torre Manuelina – estrutura a partir da qual desfilaria todo o discurso cénico da exposição – seria “afastada” devido ao facto de, nas suas cercanias, não se ter desactivado a tempo, a fábrica de gás aí implantava havia décadas.

Metáfora dos Descobrimentos e da grandeza do Império Colonial que o evento pretendia comemorar, a Torre constituiu apenas uma sombra diáfana e espectral, que, no mutismo silente da pedra e da História, assistiria ao grandioso evento de 1940 e é desse universo que trata a comunicação proposta.



Em 1940 decorreram em Portugal as Comemorações dos Centenários – da Independência de Portugal (1139) e da sua Restauração (1640) –, de cujo programa sobressairia a Grande Exposição do Mundo Português, um dos eventos culturais mais importantes do Estado Novo. Belém foi o local estabelecido para a implantação do certame, organizado em torno da então criada Praça do Império. Escolha intencional, que validava o discurso historicista tão caro à ditadura, ancorado em momentos notáveis do passado da nação, porquanto a delimitava por elementos alusivos aos Descobrimentos – Mosteiro dos Jerónimos, rio Tejo, Praça Afonso de

Albuquerque e... a Torre de Belém –, símbolos que remetiam para momentos áureos da pátria, metrópole de um vasto império. Deste modo, verifica-se que a escolha do local de Belém não foi gratuita, mas um lugar fundamental para a prossecução dos objectivos de legitimação da grandeza da história ultramarina nacional, iniciada a partir de Belém aquando da partida e chegada das embarcações dos Descobrimentos. Na verdade, a presença do Mosteiro e a intensificação da actividade marítima ajudaram a desenvolver a zona de Belém ao longo dos séculos XVII e XVIII mas convém não esquecer que a salubridade e amenidade da zona motivou uma crescente fixação da nobreza, que começou a construir palácios e “quintas de regalo” para seu recreio. A esse crescente cosmopolitismo juntou-se o facto de a área ter tido a sua apropriação pela família real e corte, fazendo assim com que os empreendimentos régios coexistissem com a faceta popular, habitacional e posteriormente também comercial que viria a caracterizar aquele espaço já no século XIX e XX.

O clima festivo que presidiu à Exposição do Mundo Português – realizada entre 23 de Junho e 2 de Dezembro de 1940 – contrastava com a realidade política estrangeira, marcada pela Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), crises de que Portugal se mantinha oficialmente apartado. Contudo é preciso referir que a exposição tinha sido delineada antes de deflagrar do conflito mundial, tendo o seu projecto contemplado um volume de visitação europeia que acabou por não acontecer, devido precisamente à acção beligerante no Velho Continente, encetada com a invasão da Polónia em setembro de 1939.

Convém lembrar que o regime salazarista tinha vindo a arquitectar toda uma linha de legitimação histórica e patriótica que destacava os momentos triunfantes do passado nacional e de que os descobrimentos marítimos e o desenvolvimento do império colonial constituíam as jóias da coroa, continuamente exibidas. Porém, a exposição não foi o único evento: com efeito, haviam-na precedido numerosas iniciativas comemorativas que mostravam o mecanismo eficaz de propaganda do Estado Novo, e de entre as quais se destacaria:

- A Exposição Colonial do Porto (1934),
- A Reconstituição de Lisboa Antiga (1935),
- A Exposição do Ano X da Revolução Nacional (1936),
- A Exposição Histórica da Ocupação (1937)
- A participação na Exposição Universal de Paris (1937) e nas Exposições Internacionais de Nova Iorque e São Francisco (1939).

Em 2015, ano em que se comemoram os 120 anos do nascimento do mentor da propaganda político-cultural do Estado Novo, torna-se incontornável mencionar o nome de

António Ferro (1895-1956). Na qualidade de director do Secretariado de Propaganda Nacional (criado em 1933), foi uma das personalidades mais relevantes na aproximação do Estado Novo a essa visão veneradora do passado, tendo sido o responsável pela organização de grande parte dos eventos atrás referidos, estruturando-os a partir de uma “Política do Espírito” de grande impacto nacional. Presidindo à Comissão Oficial da exposição, Ferro rodeara-se de uma equipa coesa e forte que o ajudaria a levar a bom porto (de Belém), o "grande documentário da civilização" que constituía a mostra. Esta seria inaugurada pelo Presidente da República, General Óscar Carmona (1869-1951), acompanhado pelo Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar (1889-1970) e pelo Ministro das Obras públicas, Duarte Pacheco (1900-1943) – que acumulava o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa –, o Comissário Geral, Augusto de Castro (1883-1971) e José Ângelo Cottinelli Telmo (1897-1948), Arquitecto Chefe e autor do plano geral e, obviamente, António Ferro.

Acima de tudo, a exposição pretendia privilegiar a relação simbólica de Portugal com a zona de Belém, lugar de partida de naus e caravelas para explorar mares e terras desconhecidas. O Mosteiro dos Jerónimos foi usado como cenário e a exposição que, como referido atrás, foi distribuída em torno da Praça do Império, balizando-se o espaço entre a Praça Afonso Albuquerque e a Torre de Belém e tendo como centro a Fonte Monumental.

A direcção e planificação dos trabalhos foi entregue a Cottinelli Telmo, integrando-se nesta realização nacional a maioria dos artistas modernistas (12 arquitetos, 19 escultores e 43 pintores), numa época em que Portugal conseguira manter a sua posição de neutralidade face ao resto da Europa em guerra. Aliás, esse seria um dos objectivos mais conseguidos do evento: demonstrar a eficácia governativa do Estado Novo em manter Portugal arredado do conflito mundial, numa “atmosfera de grandeza imperial, progresso e de prosperidade, que a exposição pretendia espelhar.

Junto da Torre de Belém foi montada uma réplica da nau quinhentista usada na Expansão Marítima portuguesa, da responsabilidade de Leitão de Barros (1896-1967), Martins Barata (1899-1970) e Quirino da Fonseca (1868-1939), que, de uma forma simbólica tornava visível a áurea da época e o espírito dos Descobrimentos. Como se sabe a nau voltar-se-ia ao ser lançada à água, em Aveiro. Foi depois trazido para Lisboa, a reboque, para acabar a decorar a doca de Belém, sob os auspícios de uma Torre, vigilante e vigiada.

É chegada a altura de nos debruçarmo-nos sobre esse marco nacional e o seu papel na mostra de 40. Como fora comunicado na imprensa lisboeta na *Revista dos Centenários* n.º 1, de 31 de janeiro de 1939, uma nota oficiosa da Presidência do Conselho sublinhava que havia

que ter em conta o brio e honra própria para realizar algumas tarefas de entre as quais se descava na alínea f:

*A libertação definitiva da Torre de Belém: ninguém compreende que ao realizarem-se comemorações de datas de tão grande significado na nossa História e quando exactamente por meio delas se procura exalta o valor da raça e o seu fôlego mundial, aquele belíssimo monumento não esteja definitivamente livre da aviltante vizinhança que há perto de meio século o ennodoa e a nacionais e a estrangeiros pode dar a falsa ideia de desapêgo nosso às tradições e ao património português<sup>1</sup>.*

Mas que vizinhança era esta que a nota oficiosa depreciava?

E se se contava incluir a Torre no recinto expositivo por que tal não aconteceu?

O contratempo que esteve na origem de tal acontecimento teve a ver com o facto de não se ter demolido atempadamente a fábrica de gás e os respectivos gasómetros, depósitos e chaminés vizinhos que circundavam o monumento manuelino. Na realidade, a situação vinha de trás. Nos finais do século XIX, mais precisamente em 1888 construíra-se na zona entre o Bom Sucesso e Pedrouços – e mesmo junto à Torre de Belém –, a primeira grande fábrica de gás iluminante da capital. A autorização para a edificação de tal complexo industrial no local foi discutida entre a opinião pública alfacinha, tendo a decisão da sua construção provocado larga controvérsia na imprensa. A argumentação primordial da Gás de Lisboa era a de que era indispensável que o sítio permitisse as descargas da hulha a importar e só Belém se encontrava nestas condições devido aos aterros marginais do Tejo: entre Santa Apolónia e Alcântara eram estreitos e na maior parte já ocupados ou com destinos traçados; de Alcântara a perto da Torre de Belém não se encontravam concluídos; e de Santa Apolónia ao Poço do Bispo não se sabiam quando eram iniciados, apesar de aprovados. Claro que não se havia vulgarizado a consciência e o respeito pelo património mas, ainda assim, muitas vezes se levantaram contra a implantação da fábrica em tal zona nobre de Lisboa. Até D. Maria Pia (1847-1911) e a princesa D. Amélia (1865-1951) se juntaram ao coro de vozes de protesto mediante semelhante medida, mostrando-se algumas publicações chocadas com o abuso da empresa iluminadora, como se aufere deste clamor escrito na *Revista Municipal*:

---

<sup>1</sup> *Revista dos Centenários*, n.º 1, 31 de janeiro de 1939, p. 5

*Quer a lenda – ao que parece bem fundada... – que de primitivas sugestões constasse, além do mais, a faculdade, para os concessionários, de instalar na própria Torre de Belém os escritórios da fábrica!*<sup>2</sup>

O facto é que o plano concretizou-se. As obras começaram ainda em 1888 e em abril do ano seguinte já Belém era iluminado a partir da nova fábrica, como refere a revista *Occidente*<sup>3</sup>. O terreno pertencia à Câmara Municipal de Lisboa que o cedeu por licença e mediante o pagamento de taxas anuais. A Companhia Real dos Caminhos de Ferro portugueses fez um pequeno desvio no traçado da linha de Cascais e construíram-se armazéns para carvão e outras oficinas necessárias ao laborar da unidade.

No ano de 1904 a fábrica passou a ter dois gasómetros mas a má imagem do conjunto da fábrica continuaram a provocar discussões e diversas atitudes de defesa para com o símbolo dos descobrimentos à beira Tejo edificado.

Por altura do planeamento da Exposição do Mundo Português, em 1939 o *Diário de Notícias* de 3 de fevereiro desse ano mostrava na sua primeira página as intenções da nova Quinta da Matinha acolher a nova fábrica de gás “moderníssima e sem igual na Península”, revelando que os terrenos envolventes da Torre iam ser finalmente “libertados das horríveis construções que os desfeiam e obstruem” mas, como se viu, a intenção não se concretizou e, em 1940, a construção manuelina foi remetida à sombra não tendo sido tocada pelos holofotes da exposição.

Porém, a partir de uma determinada altura dos anos 40, as vozes de controvérsia em torno da fábrica adstrita à Torre surtiram o seu efeito, ajudadas pelo facto da unidade fabril se começar a tornar insuficiente para o consumo lisboeta e foi então que a concessionária resolveu substituí-la por outra de maior capacidade na Matinha. Há que frisar que a mudança decidida para a Matinha era inevitável: a explosão no consumo de gás que se avizinhava e a falta de área suficiente contígua para ampliar a fábrica do Bom Sucesso invalidavam qualquer determinação em permanecer mais tempo junto da Torre de Belém. Só para se ter uma noção mais precisa, em 1942 a produção anual era na ordem dos 17,5 milhões de metros cúbicos de gás; em 1954 – já na Matinha – produzia 37,5 milhões. Com efeito, o gás fizera surgir uma nova vida na capital portuguesa, passando a haver uma iluminação digna desse nome e não demasiado cara. Acresce referir o facto de que, inicialmente, o uso do gás era limitado sobretudo à iluminação

---

<sup>2</sup> “A Nova Fábrica do Gás” in *Revista Municipal*, n.º 3, Lisboa, 1940, p. 69

<sup>3</sup> *Occidente*, Lisboa, 1889, p. 117

– e por isso se chamou iluminante – e não como numa época posterior (e actual) quase só uma fonte de calor<sup>4</sup>.

Os trabalhos de demolição da unidade fabril pretendiam estar concluídos antes da abertura de portas da Exposição do Mundo Português mas, na realidade, a fábrica funcionou até fevereiro de 1949, data em que encerrou definitivamente a produção de gás na Fábrica do Bom Sucesso. Seguiram-se as demolições, em meados desse ano<sup>5</sup>, ainda que os gasómetros da Vila Correia se encontrassem em serviço até 1954, tendo sido desmontados nesse mesmo ano. Isso permitiu pensar sobre o reordenamento urbanístico e a requalificação da zona.

Curiosamente, uma situação análoga – ainda que de diferentes contornos –, aconteceu por ocasião da Expo'98, na porta sul de entrada do recinto. A antiga Torre de Queima da Petrogal, a torre da refinaria da Petrogal foi única estrutura que se conservou da antiga Doca dos Olivais, tendo a decisão do seu não desmantelamento significado que se pretendia deixar um vestígio de um tempo predecessor que não devia ser esquecido. A construção funcionou assim como memória afectiva da zona, integrando-se no novo espaço ainda que fosse deslocada do seu contexto inicial, uma vez que toda a série de volumes apostos e tubagens que a circundavam foram demolidos. A torre foi integrada na nova arquitectura da exposição através do acrescento de um enrolamento, com uma rampa de acesso de peões à varanda circular. É verdade que os tempos eram outros, mas é interessante reflectir sobre a vontade de em 1940 se pretender “apagar” uma estrutura fabril e em 1998 se fazer questão em manter um testemunho industrial de idêntica raiz.

Certo é que a desobstrução da Torre de Belém – e, conseqüentemente, o tratamento paisagístico da sua envolvente – surgiria quase quinze anos depois da data desejada de 1940. O seu enquadramento nos anos 50 de Novecentos, isto é, o arranjo paisagístico da área que a rodeia, teve em Facco Viana Barreto (1924-2012) um autor de projecto que pretendia dar ao arranjo, a “simplicidade” e naturalidade que a Torre merecia, destacando-a e colocando assim em evidência a “obra magnífica do Homem”<sup>6</sup>.



---

<sup>4</sup> Até meados do século XX, as famílias citadinas cozinhavam em fogões a lenha; os de famílias mais desfavorecidas – e antes do aparecimento do petróleo – cozinhavam a carvão, em fogareiros de ferro ou barro, daí ser voz popular que os carvoeiros dominavam o comércio de carvão na capital portuguesa.

<sup>5</sup> Ver João B. M. Nêu, *Em Volta da Torre de Belém*, vol. I, Livros Horizonte, Lisboa, 2006, e *Ecos de Belém* de 30.7.1949

<sup>6</sup> António Facco Viana Barreto, *O Enquadramento da Torre de Belém*, Of. Gráficas da CML, Lisboa, 1956, p. 7

A não concretização da intenção de demolir a fábrica de gás antes da exposição invalidou a figuração do monumento quinhentista na planta oficial, impossibilitando a sua integração no recinto, e o seu consequente protagonismo de ícone do certame, como se fizera crer na nota oficiosa de Salazar.

Fechadas as portas da Grande Exposição do Mundo Português, a maioria da arquitectura edificada foi destruída. Excepções à regra foram a Praça do Império, com o seu lago central e a sua fonte luminosa; o edifício do Museu de Arte Popular, o lago do espelho de Água e a edificação construída no meio do seu lado ocidental. Todavia, a realidade é que a utilização lúdica que dominara Belém durante os últimos seis meses de 1940 foi parcialmente esquecida e abandonada.

Se é verdade que o Museu de Arte Popular abriria as portas ainda na década de 1940 (de traço de Jorge Segurado, 1948) não é menos exacto que a Feira Internacional de Lisboa – FIL (da autoria de Keil do Amaral) só seria inaugurada em 1957, o Padrão dos Descobrimentos em 1960, o Museu de Marinha apenas seria instalado numa parte do Mosteiro dos Jerónimos em 1962 e o Planetário Calouste Gulbenkian (da autoria de Frederico George) contíguo aos Jerónimos viria a abrir portas somente em 1965. Nas cercanias, a ponte Salazar (obra adjudicada à empresa norte americana) inaugurar-se-ia em 1966, o Museu Nacional de Etnologia (de António Saragga Seabra) em 1976, o Museu da Electricidade, em 1990, o Centro Cultural de Belém (Vittorio Gregotti e Manuel Salgado), em 1992, o Centro de Congressos de Lisboa (no edifício da FIL) em 2001 e o Museu da Presidência da República (Rui Barreiros Duarte e Ana Paula Pinheiro), em 2004. Já no século XXI, e setenta anos após a exposição de 1940, o novo Museu Nacional dos Coches (de traço de Paulo Mendes da Rocha) vem mostrar a importância simbólica que área ainda hoje carrega.

Este novo papel de índole cultural transformou Belém numa zona eminentemente turística, particularmente a partir da década de 1960, destacando-se o Mosteiro e a Torre como imagens da época áurea nacional. Com a classificação de ambos pela UNESCO, como Património Mundial em 1983 e com as comemorações do V Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia em 1998, a Torre ressurgiria com o protagonismo, força e brilho que lhe haviam sido roubados em 1940. Imagem icónica e turística que o recente programa *Belém Redescoberta* reitera, a sentinela manuelina que guarda o Tejo mantém-se como espaço de representação e manifestação de poder.

Desde Quinhentos o núcleo urbano de Belém – evolução da primitiva aldeia do Restelo – se tem vindo a definir a partir de linhas de acção que se coadunam com os projectos políticos estruturados quer pela monarquia, quer pela república, quer pelo Estado Novo, quer ainda pelo

regime democrático herdeiro de 1974 ainda que não se possa esquecer que a Belém contemporânea é herdeira directa da Grande Exposição do Mundo Português.

Da viagem que começou em 1515 e que se comemorou em 1940, o signo de uma época gloriosa celebra-se hoje, como um testemunho sereno e melífluo que resiste para lá da vontade dos tempos e das marés.

## BIBLIOGRAFIA

- ACCIAIUOLI, Margarida, *Exposições do Estado Novo*, Horizonte, Lisboa, 1998
- BARRETO, António Facco Viana, *O Enquadramento da Torre de Belém*, Of. Gráficas da CML, Lisboa, 1956
- *Diário de Lisboa*, “Em Maio de 1940 a Torre de Belém estará desafrontada”, 3.2.1939, pp. 1, 7
- GARCIA, José Manuel, *A Magnífica Torre de Belém*, Gabinete de Estudos Olisiponenses e Verso da História, Lisboa, 2014
- NÉU, João B. M., *Em Volta da Torre de Belém*, vários volumes, Livros Horizonte, Lisboa, 2006
- *Revista dos Centenários*, Oficina Gráfica Ltd, Lisboa, 1939
- *Revista Municipal*, Câmara Municipal, Lisboa, 1939
- TRIGUEIROS, Luís; SAT, Claudio, *Expo 98 - Exposição Mundial de Lisboa – Arquitectura*, Bau, Lisboa, 1998